



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS

SIMONE CIMAS

**REPORTAGENS VENCEDORAS DO PRÊMIO ESSO À LUZ DO CÓDIGO DE
ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS**

BRASÍLIA
2016

SIMONE CIMAS

**REPORTAGENS VENCEDORAS DO PRÊMIO ESSO À LUZ DO CÓDIGO DE
ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Bacharelado
em Jornalismo pela Faculdade de
Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
do Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB.
Orientador: Prof. Luiz Claudio Ferreira.

BRASÍLIA
2016

SIMONE CIMAS

**REPORTAGENS VENCEDORAS DO PRÊMIO ESSO À LUZ DO CÓDIGO DE
ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS**

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Bacharelado
em Jornalismo pela Faculdade de
Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas
do Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB.

Orientador: Prof. Luiz Claudio Ferreira

Brasília, ____ de _____ de ____.

Banca Examinadora

Prof. Luiz Claudio Ferreira
Orientador

Prof. Guilherme Di Angelis
Examinador

Prof. Claudia Busato
Examinador

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar reportagens vencedoras do tradicional Prêmio ExxonMobil de Telejornalismo à luz do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (1996). Os objetivos específicos são averiguar a conduta ética dos jornalistas e a moral deontológica das matérias premiadas. A finalidade desta pesquisa é refletir como matérias investigativas, seguindo o código de ética da FENAJ, deveriam também ser exemplos de conduta no processo de produção com vistas ao interesse público. O estudo propõe uma observação sobre a conexão entre a regra ética do jornalismo e os artifícios para desenvolver uma matéria do gênero jornalístico investigativo. Os procedimentos utilizados incluem análise de conteúdo e estudos de casos múltiplos sobre as últimas reportagens especiais vencedoras do concurso. A partir desta análise, foi possível identificar as violações de conduta ética na construção da notícia.

Palavras-chave: Prêmio ExxonMobil. Código de Ética. Jornalista investigativo.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze winning reports the traditional ExxonMobil Award Telejournalism the light of Brazilian Journalists Code of Ethics (1996). Specific objectives are to determine the ethical conduct of journalists and deontological moral of winning materials. The purpose of this research is to reflect as investigative materials, following the code of ethics FENAJ should also be role models in the production process with a view to the public interest. The study proposes a note about the connection between the ethical rule of journalism and devices to develop a matter of investigative journalistic genre. The procedures used include content analysis and multiple case studies on the latest special reports winning the contest. From this analysis, it was possible to identify the ethical conduct violations in the construction of news.

Keywords: ExxonMobil Award. Code of ethics. investigative journalist.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 JORNALISMO, OBJETIVIDADE, ISENÇÃO, DEONTOLOGIA PROFISSIONAL E CÓDIGO DE ÉTICA.....	8
1.1 Legislação da atividade	12
1.2 Código Ética dos Jornalistas	13
2 JORNALISMO INVESTIGATIVO	16
3 TELEJORNALISMO	19
3.1 Discurso e forma	21
3.2 Sensacionalismo	24
3.3 Prêmio ExxonMobil de Jornalismo	25
4 TEORIA NEWSMAKING E GATEKEEPER	27
4.1 <i>Newsmaking</i>	27
4.2 <i>Gatekeeper</i>	29
5 METODOLOGIA	31
6 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS	35
6.1 As eternas escravas	36
6.1.1 <i>Dado 1</i>	36
6.1.2 <i>Análise 1</i>	37
6.2 As crianças e a tortura	41
6.2.1 <i>Dado 2</i>	41
6.2.2 <i>Análise 2</i>	41
6.3 O avanço da maconha	42
6.3.1 <i>Dado 3</i>	42
6.3.2 <i>Análise 3</i>	43
6.4 Desaparecidos	43
6.4.1 <i>Dado 4</i>	43
6.4.2 <i>Análise 4</i>	44
6.5 Sexo, intriga e poder	45
6.5.1 <i>Dado 5</i>	45
6.5.2 <i>Análise 5</i>	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

Entrar sem ser convidado, esconder a câmera e mudar a identidade são métodos polêmicos no exercício da atividade jornalística. Não são raras as vezes que procedimentos como esses são divulgados pelos jornalistas como a única forma para se obter informações em um material do gênero investigativo. Reportagens de fôlego podem tratar de denúncias e da descoberta do que não está aparente ou óbvio. No ramo jornalístico, material com esse caráter é aclamado, acelera decisões, derruba gestores públicos e ganha até prêmio.

A reflexão desta pesquisa está na ponte entre a ética jornalística e o material investigativo, e parte do seguinte problema: existem limites não autorizados na investigação jornalística? Reportagens vencedoras do principal prêmio brasileiro transparecem o método que adotaram? Há diferença explícita entre quando a investigação é do jornalista e quando está amparada pelos entes públicos?

A hipótese do estudo é descrever que das cinco matérias analisadas dos seletos condecorados prêmio de comunicação do país, duas reportagens violam a ética do exercício da profissão. O estudo apontará, ainda, que o edital do concurso coloca em dúvida os princípios morais na construção da notícia ao contemplar virtudes jornalistas: “será conferido preferencialmente, ao trabalho em que ficar evidenciado esforço acima do comum” segundo o regulamento.

O objetivo geral da pesquisa é analisar reportagens investigativas vencedoras do Prêmio ExxonMobil à luz do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (1996) a fim de verificar se o conteúdo publicado condiz com a postura esperada e com a deontologia profissional, além de explorar qual procedimento é utilizado pela equipe na produção do material publicado e pelo veículo de comunicação à sociedade. Os objetivos específicos são averiguar a conduta ética dos jornalistas e a moral deontológica das matérias premiadas.

Sabe-se que a notícia rápida e sem profundidade domina o cenário jornalístico mundial. Entretanto, são encontrados exemplos – raros – de grandes reportagens, contempladas pelas etapas de apuração necessária. Com base nesse contexto, este trabalho busca verificar, também, a postura ética desse panorama superficial em que se fixou o jornalismo brasileiro. Serão apresentadas reflexões sobre o jornalismo investigativo e sua conduta ética.

A importância desse trabalho para a comunidade jornalística e para o nosso país é apresentar quais são os possíveis gargalos e desafios enfrentados pelo profissional de comunicação para alcançar uma notícia. A finalidade desta obra é reforçar à sociedade brasileira que as matérias investigativas, seguindo o código de ética da FENAJ¹, têm o dever de divulgar os fatos de interesse público, informar o povo brasileiro sobre os mecanismos adotados pelos repórteres na produção da notícia e apontar se ela está de acordo com as normas de ética jornalística.

Serão, então, observadas as matérias juntamente com o código de ética do jornalista e com o código deontológico da profissão, investigando a postura utilizada pelos premiados na apresentação dos documentários.

A metodologia utilizada incluirá a análise de conteúdo e o estudo de casos múltiplos, destacando as advertências da postura ética profissional exercida pelo repórter e dos veículos de comunicação, com base numa pesquisa bibliográfica que contempla o resumo e o fichamento dos livros lidos, aliados à análise dos dados coletados que resultarão na resposta dos questionamentos levantados sobre a ética e a moral do emissor da informação.

A pesquisa é composta por seis capítulos. O primeiro capítulo abordará o tema sobre jornalismo, objetividade, isenção e deontologia profissional, bem como o aprofundamento do código de ética dos jornalistas brasileiros. O segundo exporá a definição do jornalismo investigativo, seu conceito e sua teoria. O terceiro versará sobre o que é o telejornalismo, no que consiste o Prêmio ExxonMobil de Telejornalismo e seu regulamento. O quarto capítulo apresentará a teoria utilizada no estudo, incluindo também, o *Newsmaking* e o *Gatekeeper*. O quinto capítulo contemplará a metodologia aplicada na pesquisa. E, por fim, o último capítulo trará a análise dos dados coletados, quais sejam: as reportagens e suas respectivas observações quanto às infrações cometidas pelos repórteres premiados.

¹ Federação Nacional dos Jornalistas.

1 JORNALISMO, OBJETIVIDADE, ISENÇÃO, DEONTOLOGIA PROFISSIONAL E CÓDIGO DE ÉTICA

“Jornalista contador de histórias”. Essa afirmação se aplica na reflexão de Nelson Traquina, mestre e doutor responsável pela introdução do jornalismo contemporâneo. Ele diz: “os jornalistas são os modernos contadores de ‘estórias’ da sociedade contemporânea, parte de uma tradição mais longa de contar estórias” (Traquina, 2005). O principal compromisso do jornalismo é com a verdade. Essa é a primeira regra do exercício da profissão, o servidor social de justiça ao interesse público, conforme cita o autor:

O jornalista não é ninguém se não for ou não se esforçar por ser, na intimidade da sua consciência um servidor da verdade e da justiça e se não dedicar toda a sua energia a defender honestamente o interesse público. (TRAQUINA, 2005, p. 134)

A concepção atual da profissão se destaca na responsabilidade social, que se originou no século 21 com a expansão dos jornais e com o surgimento de um novo emprego em que pessoas se dedicavam a fornecer informação e não propaganda. Segundo Traquina (2005, p. 34), “esse novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados como jornalismo: a notícia, a procurada verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço público”.

Sabe-se que o jornalista é considerado um profissional que presta serviço à sociedade para exercer seus direitos democráticos. Essa concepção é recente: profissionais voltados para a opinião. Foram mais de 150 anos de luta da comunidade jornalística para ganhar esse estatuto social.

Para Traquina (2005, p. 126), “constitui-se uma ‘comunidade interpretativa’ em que os novos ‘agentes especializados’ encontram uma legitimidade social num processo circular entre os jornalistas e a sociedade na aura da teoria democrática”. E é essa contribuição, ao redigir sua matéria, que o repórter deve disponibilizar à democracia do seu país a fim de reverenciar os valores com rigor, exatidão e honestidade nos fatos.

Nesse âmbito, a ideologia da objetividade está inserida em um contexto em que jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às

regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa. Essa afirmativa veio ter força após a 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Até a primeira metade do século 19, não havia preocupação por parte do editor e do leitor com o equilíbrio e a imparcialidade. O interesse pela “coisa pública” e pela administração dos acontecimentos relativos à comunidade só viria mais tarde.

No início do século 19, na Inglaterra, França e Estados Unidos, houve a transição da imprensa elitizada para uma imprensa comercializada. A partir de então, a objetividade integra-se a uma mistura de estilo direto, imparcialidade, isenção, neutralidade, distanciamento, valores e ideologia.

Amaral (1996) aponta esse distanciamento ao afirmar que “o jornalista em sua tarefa diária precisa deixar em casa suas normas e princípios, referências políticas e ideológicas, e se concentrar na narração dos fatos sem tentar explicá-los ou comentá-los”. Tal argumento reflete um pensamento sobre a liberdade quando os valores do repórter e do redator não tem as mesmas concepções com os interesses dos donos das empresas de comunicação ao desenvolver uma matéria, a isenção no desempenho de suas funções.

Uma forte referência quanto às normas e às condutas teve origem na Europa. Lá, as preocupações deontológicas no jornalismo começaram a existir no final do século 19 e o fenômeno teve maior força no século 20. Já nos Estados Unidos, o primeiro artigo localizado de crítica à imprensa que usou a palavra ética no título apareceu em 1889, conforme descreve Traquina:

O primeiro código de conduta localizado para jornalistas apareceu em 1890 e apesar de terem sido registradas “máximas” rudimentares e claras no fim do século 19, ninguém parece ter oferecido um código mais formal até 1911. O sindicato Nacional de Jornalistas Franceses aprova em 1918 aprova o primeiro código deontológico. (TRAQUINA, 2005, p.88)

A ideologia do Código Deontológico dos Jornalistas criado em Portugal no dia 4 de maio de 1993 apresenta uma norma: “os jornalistas devem relatar os fatos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade”, como certifica Fidalgo (1997). Ele acredita que existe treino para alcançar essa virtude. Um bom exercício para se atingir esse dote é a distância à atividade de informar. De fato, há um distanciamento entre a norma deontológica e a virtude. O autor descreve que “os códigos deontológicos falam muito de deveres e nada de virtudes”. (FIDALGO, 1997.)

Segundo o escritor português, a experiência mostra que um bom jornalista é formado a partir da experiência com o cultivo das virtudes próprias à profissão. É necessário um treino específico. Em sua obra, cita uma frase de Aristóteles a qual argumenta que a ética não tem propósito teórico, e sim prática. Ele diz que não é por alguém estudar muito ética que será um bom jornalista, mas sim por aprender fazendo boa informação. (FIDALGO, 1997.)

Nesse bojo, é necessário distinguir ética e moral deontológica. Em sua origem, ética e moral tinham significados similares. A primeira é derivada do grego *ethos*, e a segunda é originária do latim *moralis*. Deontologia, também proveniente do grego *deontos*, significa um conceito do mundo moral. A deontologia surge, então, como conduta e regras.

Entretanto, como produzir matérias atribuindo os conceitos de ética e deontologia? Esse é um questionamento constante no cenário jornalístico. Franco (1995, p. 76) coloca duas questões fundamentais em qualquer sociedade democrática que tem peso diário para um repórter: “de um lado a liberdade de imprensa e o direito à informação e de outro o direito à vida privada e o dever de respeitar a intimidade do ser humano”.

Corroborando tal entendimento, Amaral diz:

Há atitudes na vida privada que prenunciam contendas no âmbito público. E os leitores têm o direito de conhecê-las. Se assim não fosse tudo o que teríamos para ler na imprensa seriam amontoados de declarações emitidas pelas próprias fontes interessadas. A imprensa tem relevante papel da denúncia. Por isso é cada vez mais importante debater e aprofundar os contornos éticos que envolvem o mundo da informação. (AMARAL, 1996, p. 78)

Karam (2004) alega que o limite entre a privacidade do interesse público e a liberdade para reportar a informação é um dos dilemas da ética jornalística contemporânea. O mesmo acontece nos códigos deontológicos. O autor conta que “este dilema é crescente e se torna cada vez mais complexo à medida que a tecnologia permite gradativamente acesso a um campo maior de acontecimentos a privacidade dos indivíduos”.

Sabe-se que os códigos deontológicos foram criados especialmente para dar sentido normativo à postura do jornalista. Porém, essa conduta tem sido questionada diariamente no exercício da profissão. Cogita-se que os meios de

comunicação exploram e violam essas regras. Essa acusação parte da citação de que Costa indaga “o que é servir ao público”?

A imprensa viola os direitos individuais e a intimidade tanto de figuras públicas quanto de particulares; A imprensa serve, sobretudo à máquina política e usa a liberdade de expressão como licença para explorar políticas que aumentem ou segurem a circulação e a audiência e não para servir ao público” (o que é servir o público?). Os meios de comunicação violam a moral pública e invadem injustamente a vida privada. (COSTA,2009, p.239)

A liberdade de imprensa deve ser utilizada para ajudar a sociedade como vigilantes dos cidadãos públicos. E, nessa “vigília”, os jornalistas pecam em suas técnicas de apuração, definidas por Bucci como os “7 pecados capitais”, descritos a seguir:

1- Distorção deliberada ou inadvertida; 2- Culto das falsas imagens; 3- Invasão de privacidade; 4- Assassinato de reputação; 5- Superexploração do sexo; 6- Envenenamento das mentes de Crianças; e por último 7- Abuso de poder. (BUCCI, 2000, p.11)

Com efeito, a invasão de privacidade é uma discussão polêmica, porque vai além da simples invasão feita pelos *paparazzi*. Essa intromissão se desenvolve com requintes tecnológicos às pessoas públicas e já virou uma rotina. Em busca da verdade, os jornalistas apelam para meios ilícitos na apuração dos fatos. E esse ato ilegal é redundante para uma profissão que busca a veracidade. Um paradoxo recorrente no cenário jornalístico.

Ética é um tema controverso. Levando para o jornalismo, é uma complexidade moral atuar na profissão sem os previsíveis comprometimentos de conduta no exercício do ofício para retratar a realidade factual.

Refletir sobre a ética em uma atividade é, além de um tormento pessoal, um exercício de afastamento de uma prática imediata, de complexificação da moral profissional e de inscrição da profissão na contemporaneidade, com as previsíveis complicações de tal tentativa. (KARAM,2004, p.36)

No cotidiano, o jornalismo tem forte munção para orientar sua pauta. Não faltam fatos nem interpretações. Porém, o jornalista e o veículo de comunicação adotam procedimentos antiéticos com o seu poder da atenção dos telespectadores para alcançar o ibope. O serviço social se descaracteriza em interesse mercadológico para atingir um alto nível de audiência. A espetacularização da notícia se atrela ao sensacionalismo midiático corrompendo a ética jornalística.

1.1 Legislação da atividade

No Brasil, a regulamentação de normas para o jornalismo iniciou-se na ditadura militar com a Lei de Imprensa (Lei n. 5.520, de 9 de fevereiro de 1967), e vigorou até 30 de abril de 2009. O objetivo dessa lei era fiscalizar e impor penalidades aos abusos praticados pelos profissionais da área, como os jornalistas, que, muitas vezes, na prática de suas atividades, acabavam por desviar a finalidade de sua profissão. O primeiro artigo da referida norma contemplava, no Capítulo I, certa liberdade:

DA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E DA INFORMAÇÃO - Art. 1º **É livre a manifestação do pensamento e a procura**, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e **sem dependência de censura**, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer (grifo nosso).

E, no Capítulo III, uma censura explícita:

DOS ABUSOS NO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E INFORMAÇÃO, Art. 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, **praticarem abusos** no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem (grifo nosso).

Na prática, sempre houve obstáculos no exercício da profissão e na divulgação da informação. A Lei de Imprensa era desatualizada e prejudicava a democratização dos meios de comunicação. Na verdade, ela foi criada para vigiar o ofício do jornalista na ditadura militar e isso ainda é recorrente no cenário jornalístico atual.

Dentre as funções da imprensa, seria correto destacar as de informação, divulgação dos fatos e disseminação de cultura, as quais deveriam orientar a opinião e o conhecimento do povo, mas com responsabilidade tal que não viesse a quebrar a harmonia social, nem expor a vida moral e a honra do público e “personagens” das matérias produzidas.

Vale lembrar que o artigo 5º da Constituição Federal assegura penalidades quanto à violação da invasão da privacidade, tema que será aprofundado nesta pesquisa no capítulo de análise. A seguir, excerto da Constituição no título “Dos direitos e deveres individuais e coletivos”:

CAPÍTULO

I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. (BRASIL, 1988.)

Os canais de rádio e de televisão devem ter regras mais severas para assegurar a integridade das pessoas protegendo-as contra calúnia e difamação. Apesar de estarem resguardadas na constituição, devem punir os jornalistas e veículos infratores com uma legislação de imprensa reciclada que garanta a liberdade de expressão sem desrespeitar o cidadão.

1.2 Código Ética dos Jornalistas

A preocupação com a postura do jornalista é tema recorrente na sociedade jornalística. Em 1987, foi aprovado, no Congresso Nacional dos Jornalistas, o código de ética desses profissionais. É certo que os dilemas éticos estão se transformando e há necessidade de que o comunicólogo tenha mais familiaridade com essas e com outras correntes filosóficas aplicadas ao seu ofício e com os paradigmas que elas oferecem.

A ética jornalística não é apenas um atributo intrínseco do profissional ou da redação, mas é acima disso um pacto de confiança entre a instituição e o público num ambiente em que as instituições democráticas seja sólidas. A ética interna das redações e a ética pessoal dos jornalistas devem ser cultivadas aprimoradas e exigidas, mas elas só são plenamente eficazes quando as premissas da liberdade de imprensa estão asseguradas. (BUCCI, 2000, p.25)

O código de ética desses profissionais é composto por 19 artigos, incluindo direitos e deveres do ofício. É dividido em 5 capítulos: “do direito à informação, da conduta profissional do jornalista, da responsabilidade profissional do jornalista, das relações profissionais e da aplicação do código de ética e disposições gerais”.

Ele é de suma importância, pois se baseia no equilíbrio da busca da verdade para compor a função social que detém a profissão a fim de que se tenha uma boa reportagem. Como ratifica Bucci (2000, p. 30): “Ao jornalismo cabe perseguir a verdade dos fatos para bem informar o público que o jornalismo cumpre uma função social antes de ser um negócio que a objetividade e o equilíbrio são valores que alicerçam a boa reportagem”.

O universo do jornalismo precisa de normas para lidar com as coisas do mundo. Além do mais, a função desse profissional é ser porta-voz da sociedade e, para isso, precisa lidar com a diversidade que inclui dor e prazer, alegria e tristeza. E, a partir daí, saber enfrentá-la com o antagonismo moral de diferenciados relatos sobre os acontecimentos e versões dos fatos.

Então pode surgir o questionamento: vale a pena ter código de ética para o jornalista?

O ideal é que empresas de comunicação incluam em sua rotina de redações debates éticos sobre as matérias e que fique transparente para a equipe sobre as decisões tomadas na elaboração e publicação. Promover leituras diárias e cursos de aperfeiçoamentos também ajuda a estabelecer postura ética em se fazer um bom jornalismo, conforme relata Bucci (2000, p. 207): “Se essa atividade é encarada com seriedade e empenho, a decisão entre ter ou não ter um código ou uma carta de princípios mais concisa se torna menos necessária. Acompanhar e monitorar a cultura ética das equipes é mais vital”.

Por outro lado, é necessário dizer que aplicar o código de ética no cotidiano do exercício da profissão não é tarefa fácil ao jornalismo, porque os códigos deontológicos sofrem contradições nas interpretações dos artigos e a subjetividade individual afeta nas decisões ao produzir a notícia.

A complexidade do dever-se do jornalista é bastante nítida em muitos códigos. E os princípios e artigos se tornam algumas vezes ambiguidades e contradições cuja efetividade se perde no mar da subjetividade, na qual as interpretações e ações decorrentes podem ir para qual lado. (KARAM, 2004, p. 78.)

As dificuldades operativas na elaboração da matéria estão no centro das discussões do universo jornalístico. Atreladas ao uso constante da tecnologia, a modernidade do século afasta a moral da profissão. A imprecisão, a pressa, o registro imediato na disseminação da notícia está longe de se fazer um bom jornalismo. As técnicas de apuração estão sendo substituídas por conveniências financeiras de certo público, e não pelo interesse público.

2 JORNALISMO INVESTIGATIVO

“Todo jornalismo pressupõe certa investigação e a terminologia não passaria de uma forma pomposa para definir um trabalho de reportagem bem-feito como todos deveriam ser”. Essa afirmação de Sequeira (2005, p.30) nos provoca um questionamento: se todo jornalismo é uma investigação, por que há diferença entre os gêneros jornalísticos? Investigar faria parte da missão do jornalismo. Logo, o gênero investigativo seria uma técnica de apuração que procura informar o que se esconde do noticiário diário.

É nessa direção que se encontra o objetivo desse capítulo: manifestar uma definição de jornalismo investigativo, aquele que foge das estratégias tradicionais que ocorrem nesse cenário. O caso mais emblemático e que se destacou na história do jornalismo investigativo foi em 1972, publicado pelo diário *The Washington Post*. O caso conhecido como *Watergate* ganhou repercussão mundial. Trata-se de uma reportagem que forçou o presidente norte-americano a renunciar.

Durante o regime militar, as redações já esboçavam a prática do gênero jornalístico sobre denúncias da governança. No ano de 1976, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma de série de matérias sobre a “vida de luxo” de ministros e autoridades, o que abalou a sociedade brasileira, que convivia com inflação alta, abismos sociais e dificuldades de acesso a serviços básicos.

A primeira foi a série de reportagens publicadas pelo jornal o Estado de S. Paulo “Assim vivem os nossos superfuncionários” vencedora do Premio Esso de 1976, denunciou a existencia de mordomias-palavra que foi usada pela primeira vez com o sentido de “privilégios e regalias”na materia e depois incorporada ao vocabulário pátrio nessa acepção. (SEQUEIRA, 2005, p.21)

Saindo da história do jornalismo investigativo, e partindo para a definição e distinção dos conceitos de outros gêneros jornalísticos, Nelson Lage (*apud* SEQUEIRA, 2005), relata a distinção entre o repórter da atualidade e o repórter investigativo. O autor aborda a importância de as provas, por parte do repórter investigativo, serem de suma importância em seu ofício. Ele define o primeiro como “sendo um profissional dependente das fontes e sem acesso as fonte das fontes” e o segundo como “o profissional que busca documentos originais”, e continua:

Jornalismo investigativo definido como o guardião da sociedade, aquele tipo de jornalismo que visa evidenciar as misérias presente ou passadas de um corpo social num esforço para contar os fatos como eles são, foram ou deveriam ter sido. O profissional dedica tempo e esforço no levantamento de um tema pelo qual se apaixona. (SEQUEIRA, 2005, p.240)

A documentação (a mais crível das fontes) é necessária para uma boa reportagem, uma vez que ela comprova a hipótese do profissional. A definição de jornalismo investigativo consiste informar o que se esconde da verdade. Existe uma responsabilidade social do repórter ao buscar o fato que alguém não deseja divulgar. Principalmente nos grupos que detêm o poder. O repórter investigativo tem um propósito: a verdade dos fatos.

Diante dessa afirmação, questiona-se se o profissional de jornalismo que se aprofunda em teorias e técnicas sobre a função substitui a função do policial das delegacias para denunciar e apurar o que os suspeitos escondem. Segundo Lopes e Proença (2003), existe um erro ao comparar o repórter investigativo a um agente policial, pois a matéria que será reproduzida é uma soma de responsabilidades, incluindo: o repórter, a equipe e o veículo de comunicação. Portanto, embora existam relatos de que profissionais tenham utilizado procedimentos semelhantes ao de policiais, essa conduta não faz parte do ofício e é condenada pelo Código de Ética dos Jornalistas brasileiros de 2007.

[...] um grande engano conceitual o fato de muitas pessoas entenderem por jornalismo investigativo uma coisa menor, algo que se aproxima da polícia, como se investigar se resumisse em pegar os suspeitos e checar se eles estão falando a verdade ou não. É na prática investigativa que a redação vai acumular conhecimento suficiente para distinguir o que é novo do que é velho e aprende a concentrar seus esforços para investigar aquilo que é mais relevante. (LOPES E PROENÇA 2003, p.28)

O jornalismo investigativo vai além do noticiário diário. De acordo com Kärklins (2013, p. 89), essa categoria propõe uma reportagem especial em reconstruir acontecimentos importantes, demonstrar o que querem ocultar. Além disso, tem a função de fornecer à sociedade as verdades que não são reveladas pelo controle do poder. É uma reportagem em profundidade. E o autor complementa:

O jornalismo investigativo implica em trazer à luz questões que permaneciam ocultas, seja deliberadamente por uma pessoa em uma posição do poder, ou acidentalmente por trás de uma massa desconexa de fatos e circunstâncias- e a análise e apresentação de todos os seus fatos relevantes ao público. (KÄRKILNS, 2013, p. 89.)

Tentar responder aos porquês de interesse público é um dos pilares do jornalismo, mas o jornalismo investigativo vai além dessa regra, porque supera a informação diária com mais desempenho. É trabalhado mais a fundo e investigado em todos os aspectos. Lopes e Proença (2003, p.14) definem o jornalismo investigativo “como a busca pela essência das coisas, a tentativa de responder aos questionamentos que provocam uma situação prejudicial à coletividade ou ao interesse público. O jornalismo investigativo transcende a informação diária”.

A matéria jornalística investigativa provoca situações extremas, causando incômodo principalmente por ser uma função de cunho social. A denúncia, a divulgação da verdade que estava oculta e o detalhamento dos ângulos investigados da matéria são a principal performance do repórter investigativo. No cenário mundial jornalístico, em que os veículos de comunicação se corrompem por questões financeiras, abrindo mão do seu principal papel de interesse público, se sobressaem os desvios éticos. Exatamente por ser um gênero altamente perigoso que mexe com o centro do poder.

3 TELEJORNALISMO

Na década de 50, a televisão foi a principal novidade da comunicação brasileira. A chegada do aparelho, pelas mãos do empresário Assis Chateaubriand², mudaria o rumo da história do país e despertaria a paixão dos brasileiros. O surgimento coincide com o início de um importante período de mudanças na estrutura econômica, social e política da nação.

A televisão brasileira foi inaugurada oficialmente no dia 18 de setembro de 1950, em estúdios precariamente instalados em São Paulo, graças ao pioneirismo do jornalista Assis Chateaubriand. A TV Tupi difusora surgiu numa época em que o rádio era o veículo de comunicação mais popular do país, atingindo quase todos os estados. (MATTOS, 2002, p.49)

Naquela época, a tevê era considerada um luxo e somente a elite tinha acesso. Mas foi no período compreendido entre 1964 e 1975 (primeira fase do Regime Militar) que o aparelho se destacou numa fase denominada “fase populista”, conforme relata Mattos (2002): “A televisão era considerada um exemplo de modernidade e programas de auditório de baixo nível tomavam grande parte da programação”.

De acordo com Pasternostro (1999, p. 30), os anos 1960 foram fundamentais para consolidação desse tipo de mídia no Brasil, particularmente no que se refere à visão comercial do veículo. E a autora continua: “Começa a briga pela audiência! Uma briga que dura até hoje cada vez mais acirrada, com lances e estratégias dignos de uma guerra” (PASTEROSTRO, 1999, p. 30).

Durante todo o período militar (1964-1985), houve incentivo ao progresso técnico da televisão brasileira, sendo utilizada pelos militares para semear ideologias de movimentos culturais ditatoriais.

O regime precisou de um meio de disseminação das ideias da nova ordem, ou seja, das aspirações e conceitos de desenvolvimento, paz e integridade do movimento revolucionário. Os meios de comunicação de massa se transformaram no veículo através do qual o regime poderia persuadir, impor e difundir seus posicionamentos. (MATTOS, 2002, p.35)

² Em 1950, Assis Chateaubriand era o proprietário do que se pode considerar o primeiro império de comunicação do país: Diários e Emissoras Associadas, uma empresa que incorporava vários jornais (Diário da Noite, Diário de São Paulo), revistas (O Cruzeiro) e emissoras de rádio (Rádio Tupi). (PASTEROSTRO, 1999, p. 27.)

Houve quem acreditasse que o rádio assumiria papel de coadjuvante na história da comunicação brasileira quando passou a ceder espaço à televisão. No entanto, isso só é verdade se levarmos em conta as camadas mais elitizadas do país, porque a imagem na “caixa mágica” ainda demoraria a entrar na casa das famílias. Aliás, nas áreas rurais, o rádio manteve importância durante todo o século 20 e foi instrumento de integração utilizado pelos gestores públicos. Se no século 21 a tevê passou a ser realidade em mais espaços, nos anos 50 e 60 era para poucos. Claro que na introdução da TV no Brasil toda a influência viria das tradições radiofônicas. Conforme Mattos (2002, p. 84), naquele tempo, a rede Tupi ensaiava programas de telejornais baseados nos programas de rádios. E o autor retoma:

Foi 1952 que um dos maiores famosos telejornais da televisão brasileira foi ao ar pela primeira vez com o nome do seu patrocinador, a Esso. O “Repórter Esso” já era um grande sucesso no rádio da época. Foi adaptado pela Tupi Rio de um grande rádio-jornal de sucesso. (MATTOS, 2002, p. 84.)

A viabilidade do telejornalismo foi conferida pelos anunciantes que compravam os espaços. Os programas, inclusive, recebiam o nome dos seus patrocinadores, como o Repórter Esso.

Nos primeiros tempos da TV brasileira, os anunciantes compravam os espaços, os programas recebiam o nome do seu patrocinador, como é o caso desse telejornal lançado em 17 de junho de 1953, em São Paulo, dirigido e apresentado por Kalil Filho. No ano seguinte, os cariocas ganhavam a versão, com Gontijo Teodoro. Os dois eram conhecidos locutores de rádio, mas já começavam a esboçar uma linguagem e uma narrativa mais televisiva, o texto era objetivo, o apresentar enquadrado no plano americano e tinha horário fixo para entrar no ar, oito da noite. (MATTOS, 2002, p.84)

Nas décadas de 60 e 70, a teledramaturgia ganhou destaque devido à alta qualidade da programação. A desigualdade social e o analfabetismo contribuíram para que a TV fosse destaque em relação a outros países.

Vários fatores contribuíram para que a TV se tornasse mais importante no Brasil do que em outros países, a má distribuição da renda, o baixo nível educacional, o regime totalitário nas décadas de 60 e 70 a imposição de uma homogeneidade cultural e até mesmo a alta qualidade da nossa teledramaturgia. (REZENDE, 2000, p.23)

No cenário da teledramaturgia, o telejornalismo ganhou força, não por despertar curiosidade da população quanto aos acontecimentos do país, mas

porque fazia parte da programação no horário nobre que antecedia as novelas. O telejornalismo desenvolveu um papel social, entretanto esteve, desde o começo, atrelado fortemente ao sistema político motivado pelo interesse econômico.

A par dos interesses comerciais, Rezende (2000,) afirma que o telejornalismo cumpriu, ao longo do tempo, uma função social e política relevante: “(A TV) atinge um público em grande parte iletrado ou pouco habituado a leitura, desinteressado pela notícia mas que tem de vê-la enquanto espera a novela.” Para ele, as razões mercadológicas desviam a função social do telejornalismo. (REZENDE, 2000, p.)

Mas o telejornalismo mudou radicalmente ao longo das décadas. Existiu uma divisão na disseminação da informação dos telejornais. As televisões abertas foram utilizadas, em sua maioria, por uma população desprovida de poder aquisitivo e a televisão por assinatura acessada, exclusivamente, por um público seleto.

Passou-se inclusive a observar mais frequentemente a incidência de notícias calcadas no critério do valor jornalístico e não somente no impacto das mensagens próprio do estilo do telejornalismo como espetáculo. Mas quem tem acesso a esses canais? Somente uma pequena parcela da população porque a grande maioria se liga mesmo nas chamadas TVs abertas (a dificuldade de acesso ultrapassa a instância da condição socioeconômica e se manifesta em decorrência também dos desníveis culturais). (REZENDE, 2000, p.35)

Assim, o Jornalismo começou a ter cunho mercadológico com interesses políticos, favorecendo inclinações partidárias de “interesse do público”, disfarçado de noticiário imparcial, o qual, nas entrelinhas, é manipulador da informação.

3.1 Discurso e forma

O discurso televisivo se depara com o espetáculo em sua essência. A ideologia de entreter para conquistar níveis de audiência e faturamento tem motivado as produções telejornalísticas a utilizarem a encenação. A percepção sensorial e afetiva tem ligação entre destinador e destinatário mediada pelo espetáculo.

Convém assinalar que um dos efeitos da espetacularização é o sincretismo da realidade ficção no discurso televisivo. Fenômeno já também exaustivamente estudado embora sempre revele um aspecto novo a ser examinado a abolição das fronteiras entre o real e o imaginário são frequentes na televisão brasileira. (REZENDE, 2000, p.35)

Segundo esse autor, a linguagem da TV pertence a um clima de conversa íntima com o telespectador. O diálogo entre comunicador e ouvinte predispõe um pacto de familiaridade. As características dessa linguagem apontam três vertentes: código icônico, código linguístico e o código sonoro. E continua:

O código icônico reporta-se a percepção visual. Por intermédio da visão. O código linguístico refere a língua que se fala e escreve abrange uma ampla variedade de palavras e combinações de palavras. O código sonoro relativo a música e as efeitos sonoros. (REZENDE, 2000, p. 39.)

O princípio para produzir um telejornalismo se faz a partir da imagem juntamente com as palavras, as quais fazem parte do elemento visual. Mas não pode haver divergência entre elas. Caso isso ocorra, o que vai dominar é a imagem. Ela é mais forte do que a palavra. Ela diz o que a palavra não traduz. Sobre isso Yorke (1998, p. 24) diz: “A regra é que palavras e imagens devem andar juntas. A divergência leva à competição entre as duas, distraindo o público. Nesse caso, sempre prevalece o poder da imagem”.

É com a imagem que a televisão ganha em disparada do rádio e o jornal. É com a cena que a tevê desempenha o seu fascínio e desperta a atenção dos telespectadores. A informação na TV é exercida pela relação do texto com a imagem. Coloquial, claro e preciso. Objetivo, direto. Informativo, simples e pausado. São características de um texto jornalístico de televisão. (PATERNOSTRO, 1999, p. 62.)

Na confecção da notícia, o fator do horário também faz parte das características do telejornal. Condições de cobertura de um fato influenciam no programa do telejornal. A representação da construção da realidade é como funciona o telejornal. É o produto da informação de maior impacto na atualidade.

Becker (2005, p. 16) acredita que, “Pelo telejornal, a TV cria e procura dar visibilidade a uma experiência coletiva de nação. É um espaço importante de construção de sentidos do nacional como um ritual diário”. O alcance da televisão e do telejornalismo serve de instrumento de desenvolvimento dos efeitos sociais do

cenário nacional do país. A TV causa impacto no modo de pensar das pessoas.

Para a autora:

As principais características da linguagem dos telejornais são: garantir a veracidade do conteúdo dos discursos, garantindo também a credibilidade do enunciador. Os telejornais são considerados um dos discursos mais onipotentes em um dos mais persuasivos porque tentam convencer uma audiência significativa das verdades do Brasil e do mundo. (BECKER, 2005, p. 22.)

A mesma autora diz que o telejornal é, tal como outras narrativas, uma construção, como uma encenação do real. A relação dos telejornais com os telespectadores é um recurso de imposição e controle da cultura de massa. Os telejornais nos fazem acreditar que o mundo que eles apresentam é o real. E continua:

A relação dos noticiários com os telespectadores é também um dado importante numa reflexão sobre a linguagem do telejornal, uma via de mão dupla ainda que sem simetria. Considerando os telejornais como práticas sociais, vale tentar avançar no debate sobre a relação entre mídia e sociedade, entre os telejornais e os telespectadores. (BECKER, 2005, p. 25.)

Para ela, existe uma trama factual por trás da produção do telejornal para conquistar a audiência. O arranjo na elaboração do telejornal se define por blocos de notícias, as quais são apresentadas de acordo com o interesse político e social do momento.

Os processamentos das informações realizados por cada um dos profissionais com suas experiências e visões de mundo sem dúvida imprimem sentido nas construções discursivas mediante a estratégia de cada emissora que interferem nas circunstâncias políticas, sociais e simultaneamente também recebem suas influências. (BECKER, 2005, p. 27)

Cada uma das mensagens apresentadas pelo telejornal tem poder. Os textos jornalísticos são montados para convencer os telespectadores sobre a notícia apresentada. Por isso a utilização de gráficos, citação de fontes, mapas e outros recursos para garantir a precisão da notícia. A linguagem do telejornalismo se define pela arte constante do convencimento para quem ouve. Nesse sentido, Becker (2005, p. 29) aponta que “A persuasão é o segredo do texto e da imagem dos telejornais, ainda que a sua função primeira seja informar”.

Quando o telespectador liga a televisão para assistir ao telejornal ele quer saber as notícias, tomar conhecimento dos fatos através das imagens de tais fatos. Quando existe uma imagem forte de um acontecimento, ela leva vantagem sobre as palavras. Ela é suficiente para transmitir ao mesmo tempo informação e emoção. (PATERNOSTRO, 1999, p.72)

Assim, a condição da informação, sobre aspectos em que é divulgada, pode ser explicada pelas teorias da comunicação e do jornalismo, que são abordados no próximo capítulo.

3.2 Sensacionalismo

Audiência. É a busca do telejornalismo. A encenação do espetáculo na luta pela audiência, os telejornais se esquecem dos limites éticos e apresentam esse gênero jornalístico que tem atraído várias emissoras do país. “O sensacionalismo”. O teatro televisivo do “vale tudo” pela sua plateia. O jornal sensacionalista valoriza editorias como: violência, assassinatos, estupros e escândalos políticos. A cobertura sensacionalista tem um objetivo: provocar, sensibilizar, emocionar o seu telespectador. Segundo Angrimani (1995, p.16), o conceito desse espetáculo noticioso se define por uma “produção de noticiário que extrapola o real que superdimensiona o fato. A manchete provoca comoção, choca, desperta a carga pulsional dos leitores. O estado de tensão”.

E nesse contexto, o jornalismo investigativo, ganha espaço na grade do telejornal. Mais do que “denúncia”, essas reportagens expõem uma cobertura factual recheada de violências, acusações e invasões de privacidade como as premiadas reportagens de telejornalismo do Prêmio ExxonMobil, conhecido no cenário jornalístico como Prêmio Esso. A maioria das matérias não evidenciam o distanciamento nem a neutralidade. De acordo com Angrimani (1995, p. 16), a narrativa do sensacionalismo obriga o leitor a se envolver emocionalmente com o texto com uma linguagem editorial clichê.

O telejornalismo utiliza vários chavões que despertam sentimentos nos telespectadores. Ao invés de se preocupar com função social de informar com neutralidade e distanciamento, se aproveita do retrato emocional ao ouvir a notícia. Uma montanha russa de sentimentos perante o fato narrado. Os espectadores que assistem a essas cenas sensacionalistas se identificam com elas.

O que distingue essa fusão dos sentimentos reais das emoções verdadeiras é seu caráter de clichê que significa que as tristezas, as dores, as lágrimas relembram inconscientemente ao telespectador momentos emocionalmente fortes de sua vida. Essas emoções, entretanto, permanecem mentais platônicas e não retornam à realidade atual, funcionam como sonhos secretos. Vários os clichês que aparecem nos produtos de televisão e que apelam para os sentimentos das pessoas fazendo-as se emocionar. (MARCONDES, 1990, p.48)

Muitos telejornais do país se encaixam nesse método de informação sensacionalista. O repórter investigativo, ao desenvolver uma reportagem especial, quer provocar emoção ao contar sua estória. Quando narra o fato, ele aplica um tom mais dramático, utiliza cenas chocantes e um tom agressivo e acusador em suas entrevistas. O discurso sensacionalista descarta a objetividade e o distanciamento. A esse respeito, Angrimani (1995, p. 40) aponta: “O ideal é assumir o papel e ser bastante agressivo com o transgressor, usando microfone, as imagens e as perguntas como um chicote punitivo”. Acusação, julgamento e condenação são atos frequentes utilizados pelos telejornais, o que deveria ser competência exclusiva do poder judiciário.

Outra característica da matéria sensacionalista é a imprecisão. O repórter, na ausência de coleta de dados, supõe que o investigado é um criminoso. A busca pelo furo jornalístico distorce os fatos e condenam o investigado sem a devida perícia policial. A distorção dos fatos e exposição dos acusados é uma política recorrente no telejornalismo sensacionalista.

3.3 Prêmio ExxonMobil de Jornalismo

O Prêmio ExxonMobil é um dos mais importantes concursos do cenário jornalístico. Foi criado em 1955 com o nome “Prêmio Esso de Reportagem”; depois intitulado como “Prêmio Esso de Jornalismo”; e, por último, designado como “Prêmio ExxonMobil de Jornalismo”. Foram seis décadas em contar histórias, com mais de 32 mil trabalhos jornalísticos segundo o site do concurso.

Os melhores trabalhos eram qualificados de acordo com avaliações de comissões formadas por jornalistas e profissionais de comunicação. Era dividido em 11 categorias além do Prêmio ExxonMobil de Reportagem e do Prêmio principal. O Prêmio ExxonMobil de telejornalismo se define pela melhor reportagem de televisão.

O julgamento de premiação atribuído ao Prêmio ExxonMobil de Reportagem é contemplado de acordo com as seguintes regras de acordo com site do Prêmio:

Item 4.5: O Prêmio ExxonMobil de Reportagem será conferido, preferencialmente, ao trabalho em que ficar evidenciado esforço acima do comum por parte do repórter ou de equipe de jornalistas para obtenção das informações utilizadas na matéria. O Prêmio ExxonMobil de Reportagem tem como objetivo o reconhecimento de virtudes jornalísticas e pessoais dos repórteres como coragem, determinação, perseverança, senso de oportunidade e isenção, entre outras expressas no trabalho publicado.

De acordo com o site da Associação Brasileira de Imprensa (ABI, 2013), esse prêmio está suspenso sem data prevista para retorno. A explicação para a pausa do concurso se dá para reavaliar o formato da premiação.

A dúvida no formato do concurso reforça o objeto desse estudo, ao apontar que o código de ética jornalístico está aquém de algumas matérias premiadas. O que chama atenção no regulamento é a isenção de pontos importantes no edital como, por exemplo, virtudes jornalísticas. Seria essa a conduta que o jornalista deve persistir para elaborar matérias investigativas? O desprendimento moral, a exposição de pessoas indefesas, o constrangimento, exibição de menores, o show de imagens de sexos, a calúnia, a difamação, a invasão de privacidade, a utilização de microfones ocultos e a câmera escondida são firmados como elementos encorajadores do referido edital.

A inquietação com a verdade é o calcanhar de Aquiles do jornalista. A angústia na apuração dos fatos, custe a quem custar, distorcido em apelo social do ofício, viola as técnicas e os códigos de ética de se fazer um bom jornalismo.

4 TEORIA NEWSMAKING E GATEKEEPER

No caminho de tentar analisar reportagens premiadas do gênero investigativo do jornalismo brasileiro, é fundamental buscar marcos teóricos em relação à produção noticiosa e compreender os processos que começam muito antes do que evidentemente foi publicado. Nesse escopo, a cultura jornalística deve se fazer presente na compreensão das publicações. Com efeito, fundamentada pelas teorias do jornalismo e da comunicação, a sociologia do jornalismo deve apontar claramente quais os critérios utilizados para a construção da notícia. Aqui, serão apresentadas as teses do *Newsmaking* e do *Gatekeeper*.

4.1 *Newsmaking*

Essa teoria parte do princípio de que o jornalismo é a construção social da realidade. Nesse contexto, os jornalistas produzem notícias que são submetidas a uma série de avaliações nas redações. Pena (2005) diz que “A imprensa não reflete a realidade, ela a constrói”. Contrária à Teoria do Espelho³, a tese do *Newsmaking* é construtivista. Nela, são apontados os critérios de noticiabilidade, valores-notícia e rotinas de produção que interferem no produto final.

Uma característica da etnografia da comunicação, aplicada aos problemas do *newsmaking*, é que permite a observação dos momentos e das fases de crise, quando se redefinem, de uma forma congruente, fenômenos e acontecimentos ambíguos, incertos ou pouco claros, ou quando há reorganizações parciais do trabalho ou ajustamentos da linha editorial, que introduzem equilíbrios instáveis que devem ser estabilizados. (WOLFF, 2002, p.187)

Uma das preocupações da teoria do *Newsmaking* é apontar caminhos para compreender os critérios utilizados na transmissão e produção de notícias. Na produção de informações de massa, temos, de um lado a cultura profissional que Wolff (2002, p. 195) define como um “emaranhado de retóricas de fachada, astúcias,

³ Teoria do Espelho: A primeira teoria oferecida para explicar porque as notícias são como são é a teoria oferecida pela própria ideologia profissional dos jornalistas (pelo menos nos países ocidentais). É a teoria mais antiga e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. (Traquina, 2005, p. 146.)

táticas, códigos, estereótipos e símbolos à concepção do produto-notícia e às mobilidades que superintendem à sua confecção”.

De outro lado, a teoria interessa-se pela organização do trabalho que pode definir os caminhos da notícia e legitimar o processo produtivo, desde a utilização das fontes até a seleção dos acontecimentos. Esse processo influencia os critérios de noticiabilidade, definidos como o conjunto de elementos ligado à construção noticiosa. A definição de noticiabilidade pode ser resumida na pergunta: quais são as ocorrências mais importantes?

Para o telejornalismo, a resposta a essa questão se dá em dois aspectos. O primeiro indaga: Quais são os critérios para selecionar o material? O segundo inclui: O que deve ser priorizado? O que deve ser omitido? Qual o público? E a concorrência? Esses questionamentos são os critérios dos valores-notícia, que compreendem a construção jornalística num determinado evento (a importância) e dimensão (a visibilidade) que ele vai proporcionar, definidos de acordo com a hierarquia da empresa. Traquina (2005, p. 69) define esses fatores como “influência do fluxo” de notícias. Para ele, em resposta à pergunta “Como é que os acontecimentos se tornam notícias?”, “as afirmativas são elaboradas mediante a: frequência, amplitude do evento, clareza, significância, personalização (quais as pessoas envolvidas) e negatividade” que, segundo ele, são definidas por “*bad news is good news*”.

Diante do exposto, a abordagem do *newsmaking* se dá em duas vertentes nessa pesquisa: a primeira está embasada na cultura profissional do jornalista; e a segunda em sua organização do trabalho. As duas fundamentam o ponto central da teoria.

A definição e a escolha daquilo que é noticiável - em relação àquilo que, pelo contrário, não o é, são sempre orientadas pragmaticamente, isto é, em primeiro lugar, para a facilidade do produto informativo a realizar em tempos e com recursos limitados. (WOLF, 2002, p.191)

Utilizados para sistematizar o trabalho da redação, os valores-notícias são espécie de regras que envolvem conhecimentos profissionais do jornalista e operacionais da redação, ou seja, permitem que a seleção do material seja executada com rapidez e sem impedimentos.

4.2 Gatekeeper

Sabe-se que o “porteiro” tem o poder de escolher quem entra ou não num prédio. Fazendo uma analogia, o editor é quem decide se a informação vai ou não passar pelo portão. De acordo com Traquina (2005), o processo na produção da notícia é avaliado por uma série de caminhos onde o fluxo da informação passa por diversos *Gates* (portões), isto é, o jornalista é o responsável pela escolha ou não da notícia. Para o autor, “o termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões” (TRAQUINA, 2005). Dessa forma, não podemos descartar que há um parecer psicológico proveniente das questões sociais do repórter sobre a publicação.

É uma tese que se situa no nível da pessoa jornalista, individualizando uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização. É uma atividade particular de seleção ligada a uma rede complexa de *feedback*, do filtro particular do jornalista. (TRAQUINA, 2005.)

A teoria do *Gatekeeper* foi introduzida na literatura acadêmica do jornalismo em 1950 por David Manning White que desenvolveu uma pesquisa sobre a rejeição das notícias durante uma semana por um jornalista de meia idade que trabalhava num jornal norte americano. Ele concluiu que as notícias descartadas tinham juízo de valor sobre determinado assunto. (TRAQUINA, 2005.)

Segundo Traquina (2005, p. 150), a conclusão de White é que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário; as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados no “conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*”.

O termo “selecionador” foi elaborado pelo psicólogo Kurt Lewin que, em 1947, desenvolveu um estudo sobre dinâmicas em grupos sociais em especial sobre hábitos alimentares. Segundo Wolf (2002), Lewin observou que, a partir de uma zona de filtro sobre determinado tema, esse comportamento poderia funcionar como “cancela” ou “porteiro”. Essa analogia foi apontada por Wolf (2002) em sua pesquisa que tratava do estudo de casos sobre o fluxo de notícias dentro dos “canais”, ou seja, veículos de comunicação.

Assim, essa teoria verifica se o repórter participa de um conjunto de intenções e também se há uma influência social na produção da notícia. O fator tempo também tem relevância sobre as decisões do jornalista. Conforme Traquina

(2005, p. 151), é interessante observar que quanto mais tarde no dia chegaram às notícias maior era a proporção da anotação.

Wolf (2002) acredita que existe uma manipulação explícita da informação que ele aponta como distorção inconsciente na cobertura informativa, isto é, predominam referências implícitas do jornalista ao próprio público, o que ele chama de contexto profissional organizativo-burocrático. Ele aponta que a falta de autonomia profissional pode provocar distorção da informação influenciada por pressões.

Ante o exposto, constata-se, nesse estudo, que as Teorias *Gatekeeper* e *Newmaking* são apresentadas nas reportagens coletadas como o poder da manipulação e a distorção dos fatos produzidos pelos meios de comunicação e do jornalista ao disseminar a informação. Apesar de a Teoria *Gatekeeper* estar ultrapassada, ela continua enraizada no processo de produção da reportagem. Ademais, a Teoria *Newmaking* surge na elaboração da matéria na construção da notícia de acordo com a rotina industrial, ou seja, busca identificar, dentre os fatos, aquela reportagem que pode ser veiculada.

5 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho incluem procedimentos relacionados à análise de conteúdo a fim de se chegar ao objetivo de observar reportagens investigativas vencedoras do Prêmio Esso à luz do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (1996) e verificar se os caminhos utilizados pelos repórteres na construção da notícia condizem com a postura esperada e com a deontologia profissional.

Foram selecionadas como amostra de pesquisa as seguintes reportagens, exceto a do ano de 2011 que não foi localizada na internet.

- ***Reportagem 1: As eternas escravas***

Veículo: Record.

Equipe: Lucio Sturm, Marcelo Magalhães, Michel Mendes, Valmir Leite, Caio Laronga, Natalia Florentino, Rafael Ramos e Julio Cesar.

Duração: 48 minutos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gFhu-A-kNIQ>

- ***Reportagem 2: As crianças e a tortura***

Veículo: Bandeirantes.

Equipe: Luiz Carlos Azenha, Marcia Cunha, Ana Haertel, Sheila Fernandes, Edgard Luchetta, André Carvalho, André Carvalho, Yoshio Tanaka, Aruan Santos, Igor Arroyo, Elias Rodrigues, Francisco Gomes e Gilson Dias.

Duração: 45 minutos e 31 segundos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UL4gHz3APc>

- ***Reportagem 3: O avanço da maconha***

Veículo: Record.

Equipe: Fabio Pannunzio, Victor Sá, Anísio Barros, Denis Romani, Alziro Oliveira, Fernanda Chamlian, André Pereira, Fabio Nikolaus, Raphael Cadamuro e Diego Costa.

Duração: 6 episódios de 7 minutos cada.

Disponível em:

[:https://www.youtube.com/watch?v=t9IJJ758EPk&index=6&list=PLOBcTs4jqzVEuZFo2LavNrNXn1GPYto9E](https://www.youtube.com/watch?v=t9IJJ758EPk&index=6&list=PLOBcTs4jqzVEuZFo2LavNrNXn1GPYto9E)

- **Reportagem 4: Desaparecidos**

Veículo: Record.

Equipe: Fabio Pannunzio, Edvander Rodrigo Silva, Eliete Cavalcante, Rosângela Marques Lara, Luiz Pessoa Júnior, Ubaldino Mota, Josenildo Tavares e Jose Antonio Martins de Palma Gonçalves Peres.

Duração: 3 episódios de 7 minutos (aproximadamente) cada.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lzeuCe69mts>

- **Reportagem 5: Sexo, intrigas e poder**

Veículo: SBT.

Equipe: Roberto Cabrini, Luciana Del Claro, José Dacauaziliquá, Marcio Ronald e Lula Andrade.

Duração: 51 minutos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rw1kz0Tn4eM>

Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas metodológicas que compreende interpretação entre dois polos: objetividade e subjetividade, no estudo das comunicações de massa. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender, com rigor científico, a postura ética utilizada pelas premiadas reportagens de um dos mais importantes concursos do cenário jornalístico. Para Bardin (2004, p. 16), esse método pode ser definido como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Um dos critérios empregados neste estudo é a análise “qualitativa”, que, conforme Bardin (2004), visa constatar “a presença ou a ausência de uma dada característica num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração”. Assim, ao observar as reportagens, será detectado se houve afastamento e distanciamento da conduta ética e profissional do jornalista e sua produção.

A técnica de análise de conteúdo basear-se-á num roteiro científico, ao qual será atribuído um conjunto de elementos sobre as condições das reportagens, fundamentados em questionamentos e deduções conclusivas das referidas matérias. Como sugere Bardin (2004), o roteiro será dividido em 3 passos cronológicos, a seguir descritos:

- 1) A pré-análise: é a fase de organização que possui três etapas: a escolha dos documentos para análise, a formulação das hipóteses e a elaboração das razões que embasam a interpretação final.
- 2) A exploração do material: é a sistemática das decisões tomadas. Trata-se de aplicar as técnicas segundo o objetivo do trabalho.
- 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: são resultados estatísticos. Será utilizada a análise factorial, que permite utilizar quadros de resultados teóricos.

Ainda segundo orientações de Bardin (2004), as inferências propostas nesta pesquisa têm como finalidade investigar as condições de produção das cinco reportagens especiais. Conforme propõe a autora: "O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios". De fato, as amostras observadas deduzem que as reportagens vencedores do Prêmio ExxonMobil violam o código de ética dos jornalistas. Os fatores que determinaram estas características levam a inferir que existem infrações acerca das produções das reportagens premiadas.

Outra técnica apresentada neste trabalho é o estudo de casos múltiplos. De acordo com Yin (2001), esta forma é a melhor estratégia quando se quer responder a questões "como" e "porque" sobre o assunto específico, a partir de pesquisas qualitativas. O estudo de casos múltiplos é uma investigação empírica que averigua um fenômeno em profundidade e aponta quais os elementos serão investigados e quais as dimensões que eles terão dentro do contexto de cada caso.

Ainda nos preceitos de Yin (2001), cinco fases são essências para o pesquisador num projeto de estudo de casos. A primeira inclui as questões de uma pesquisa, como: "o que", "onde", "como" e "por que". A segunda fase, as proposições, onde se pode observar o que deveria ser examinado dentro do escopo desse estudo. A terceira baseia-se no problema fundamental de um "caso". A quarta e a quinta destinam-se às etapas das análises de dados do estudo de caso com a apresentação de um projeto de pesquisa fundamentando essa investigação.

De acordo com os autores Bardin (2010) e Yin (2001), os questionamentos que serão aplicados na análise de dados são:

- 1) Sobre o que trata a reportagem?
- 2) Quais as principais fontes principais?
- 3) Quais os indícios do material investigado?
- 4) Os denunciados foram ouvidos?
- 5) Quais as supostas infrações cometidas pela equipe de reportagem?
- 6) Qual foi a técnica de apuração? Quais as fontes? Foram apresentados especialistas para comentar sobre o assunto?
- 7) Exibiram fontes oficiais? As vítimas foram ouvidas?

Ante essa exposição, percebe-se que metodologia sugerida no estudo poderá ajudar a pesquisadora na análise a fim de identificar as infrações de natureza ética cometidas pelos repórteres na construção da reportagem e responder os questionamentos do objeto desse estudo.

6 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, serão apresentadas as avaliações das matérias conforme especificado no capítulo de metodologia. A tabela a seguir especifica as reportagens descritas e utilizadas na análise e suas características:

Quadro 1 - Técnica de apuração dos fatos das reportagens

Reportagens		Personagens	Especialistas	Fontes oficiais
1	As eternas escravidões Veículo: Record Ano: 2015 Duração: 48'	Vítimas: 4 Acusados: 3	3	4
2	As crianças e a tortura Veículo: Record Ano: 2013 Duração: 45'31"	Vítimas: 12 Acusados: 3	Não houve	Não houve
3	O avanço da maconha Veículo: Band Ano: 2014 Duração: 6 episódios de 6'	Pacientes e usuários: 9	17	8
4	Desaparecidos Veículo: Rede Bandeirantes Ano: 2012 Duração: 4 episódios de 6'52"	Mães de filhos desaparecidos: 7	5	4
5	Sexo intriga e poder Veículo: SBT Ano: 2010 Duração: 51'	Vítimas: 3	Não houve	1

Fonte: da autora

6.1 As eternas escravas

6.1.1 Dado 1

Os dados a seguir descrevem brevemente as personagens envolvidas na reportagem:

Quadro 2 – Especificações da Reportagem 1

Breve sinopse
A matéria relata abusos de crianças negras e pobres do quilombo chamado Calungas, uma comunidade de 8 mil habitantes, localizado a 320km de Brasília. Uma região sem saneamento básico e distante da energia elétrica. Um povo isolado e abandonado pelo governo. As famílias vivem em condições precárias. Lá, residem descendentes de escravos e afrodescendentes. A reportagem narra denúncias de abusos de trabalho infantil e exploração sexual por parte de alguns moradores e autoridades da cidade de Cavalcante (GO). Em média, são 60 denúncias de abuso sexual por ano.
Vítimas (nomes fictícios)
Raíssa (13 anos): abusada dos 8 aos 12 anos. Soraya (16 anos): abusada dos 10 aos 11 anos. Stela (12 anos): abusada dos 9 aos 11 anos. Camila (16 anos): abusada dos 10 aos 14 anos.
Acusados
Vereador da cidade. Dono de um supermercado local e ex-secretário de finanças da cidade de Cavalcante. Irmão de Stela (vítima) e amigos que praticavam abusos e orgia com a criança.
Especialistas
Antropóloga: aponta as condições precárias da cidade e relata as denúncias sobre o trabalho infantil e abuso sexual. Conselheira tutelar: afirma que na cidade havia mais de 60 denúncias por ano de abuso. Ex-conselheira tutelar: aborda as injustiças sofridas pelas vítimas.
Fontes oficiais
Delegado: expõe informações sobre casos de abusos sexuais. Promotora de justiça: mostra indignação com o descaso da justiça em relação às denúncias. Prefeito de Cavalcante: fez apelo para o governo ajudar a cidade. Secretária Especial da Promoção de Igualdade Racial.

Fonte: da autora

Trechos retirados da Reportagem 1 que permitem um panorama inicial da notícia e de seus detalhes:

Quadro 3 – Trechos da Reportagem 1

Entrevista do repórter	Trechos observados
------------------------	--------------------

Primeira vítima	Durante o [off] as imagens são exibidas da casa da vítima com sua família. Durante a entrevista, sua voz não foi distorcida. Imagens com o enquadramento em seu corpo.
Segunda vítima	As imagens dos familiares (pais e irmãos menores de idade) Cenas com ângulo aberto da vítima (não desfocado) no seu cotidiano, lavando roupas na beira do rio. Exibição cena da menina ao lado da mãe e de seus irmãos com identificação nítida pela imagem.
Terceira vítima	Imagens dos familiares (pais (adotivos) e irmãos menores de idade. Exibição de ângulo aberto da vítima e entrevista sem voz distorcida com a criança de 12 anos de idade.
Quarta vítima	Imagens exibidas da vítima brincando com seu filho (criança de 2 anos) com ângulo aberto podendo ser reconhecidos. Imagens do repórter a procura do acusado no local de trabalho (dono do supermercado) logo em seguida, o repórter sobe de escada para o andar de cima do supermercado e adentra na porta do culpado, onde é recepcionado pelo irmão do denunciado que se recusa a dar entrevista, porém sua imagem é exibida com o rosto desfocado podendo ser reconhecido. Sua voz não foi distorcida.

Fonte: da autora

6.1.2 Análise 1

Quais os indícios de material investigado?

A reportagem é do gênero investigativo, e relata denúncias de abusos sexuais e exploração de trabalho infantil. Ouviu todos os personagens enunciados na narrativa, utilizou especialistas e fontes oficiais para darem mais informações sobre os casos.

Os denunciados foram ouvidos?

Os acusados foram expostos na reportagem, mas não foram ouvidos.

Segundo o repórter, os acusados foram procurados, mas não quiseram comentar o assunto.

Supostas infrações em relação ao Código de ética:

Foram utilizadas imagens desfocadas nas vítimas, mas em ângulos possibilitam o reconhecimento das crianças, colocando em risco a vida das menores e dos seus familiares, além de explorar a dor dos personagens como forma de espetáculo.

De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas, algumas das infrações previstas são:

No capítulo II- Da conduta profissional do jornalista, artigo 6º - inciso VI- não colocar **em risco a integridade das fontes** e dos profissionais com quem trabalha; Artigo 7º: o jornalista não pode: inciso IV- **expor pessoas ameaçadas**, exploradas ou sob risco de vida, **sendo vedada a sua identificação**, mesmo que **parcial, pela voz, traços físicos, indicações de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais** (grifos nossos).

O repórter, a procura do acusado em seu local de trabalho (o dono do supermercado), adentrou na propriedade da fonte, o que pode ter infringido o artigo 5º da Constituição Federal, o qual enuncia:

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Capítulo - inciso XI - a **casa é inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador**, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial (grifo nosso).

Outra infração observada na reportagem foi como a exibição da família e da criança é apontada, infringindo o artigo 16 da Convenção sobre os direitos da Criança: “inciso I- **Proteção da privacidade**. As crianças têm direito a proteção contra a intromissão em sua privacidade, família, lar e correspondência, bem como contra a difamação e a calúnia”.

A seguir, narrativas retiradas da reportagem juntamente com análises da autora que demonstram as violações feitas pelos repórteres ao produzirem a matéria:

Quadro 4 – Narrativas da Reportagem 1 com observações da autora, em negrito

Primeira vítima – Raíssa, 13 anos: abusada dos 8 aos 12 anos
<p><i>Durante o [off] as imagens apresentadas foram da família simples, localizados na roça da família especificamente em frente à casa da vítima.</i></p> <p>[Raíssa]: (sentada de frente para o repórter e de costas à câmara, sua voz não foi distorcida): “Lá era legal depois que aconteceu isso! Vocês sabem!</p> <p>[Off] (imagem de Raíssa sentada de lado numa árvore com o enquadramento da câmara em seu corpo): Tudo mudou quando, segundo ela, o homem que deveria tratá-la como filha, entrou no quarto com outras intenções.</p> <p>[Raíssa]: “Na hora que nos tava dormindo, ele foi lá no quarto de noite. Estava de vestido. Só tirou meu vestido”.</p> <p>[Off] (imagens de Raíssa de costas).</p> <p>[Repórter]: não teve sequer chances de se defender.</p> <p>[Repórter]: pensou em gritar?</p>

[Raissa] (**enquadramento total do corpo do repórter e de Raíssa**): Não, porque eu tava amarrada.

[Repórter]: quem te amarrou?

[Raissa]: Foi ele!!

[Off] (**enquadramento em Raíssa com o rosto desfocado**): “Ela foi amarrada como seus antepassados”.

[Repórter]: “Porque você decidiu ir no conselho tutelar para contar tudo?”

[Raissa]: “Porque fui! Porque tava com medo dele me matar. Disse que se eu contasse pra alguém ele ia matar eu e minha mãe”.

[Off] (**enquadramento total de Raíssa caminhando, pegando roupas no varal**): “Exames comprovaram o estupro”.

Segunda vítima - Soraya: abusada dos 10 aos 11 anos

[Repórter]: Soraya mora nesta casa com os pais e os cinco irmãos. Quando ela fez 10 anos, a família decidiu que a menina deveria estudar na cidade.

As imagens exibidas foram da casa da vítima, dos seus familiares (pais e irmãos (menores de idade)).

[Repórter]: (**imagens do supermercado e da casa do acusado**) O dono desse supermercado em Cavalcante se prontificou a ajudar. O empresário Neovalto Candido de Souza. (Foto do acusado). O ex-secretário de finanças da cidade cedeu um quarto em sua casa para Soraya.

Imagens exibidas da casa do acusado. A vítima lavando roupas na beira do rio, onde poderia perceber seus traços do rosto na lateral. Cortes da menina ao lado da mãe e de seus irmãos. Cortes da adolescente sentada de costa com o enquadramento total do seu corpo sentada no rio.

[Repórter]: Mas o pior veio meses depois. Diante das câmaras não fala sobre a violência sexual sofrida na casa do empresário.

A narrativa sobre a vítima durou aproximadamente 6 minutos com imagens de Soraya caminhando entre as árvores. Passeando numa estrada sozinha com enquadramento total do seu corpo.

Terceira vítima – Stela, 12 anos: abusada dos 9 aos 11 anos

[Repórter]: uma família nova é a esperança para que Stela tente viver bem apesar do trauma.

Exibição de imagens da vítima com sua mãe, pai e irmãos. Stela caminhando enquadramento total do seu corpo de costas e cortes para os olhos da vítima.

[Repórter]: Depois de ficar órfã, Stela foi morar na cidade com um irmão por parte de pai, só que, em vez de cuidar da menina, o homem de 27 anos transformou Stela em escrava.

[Repórter]: Quais eram os serviços que ele mandava você fazer?

[Stela]: Ele mandava eu limpar o fogão, lavar a casa. Só que aí, eu não sabia limpar direito, só que aí eu tinha que limpar.

Imagens exibidas das partes do corpo da vítima e de seus olhos.

[Repórter]: Stela sofria com o trabalho forçado e com o abuso sexual.

[Repórter]: Abusava de você.

[Stela]: Sim.

[Repórter]: Ele ficava pelado.

[Stela]: Ficava.

[Repórter]: Os amigos do irmão também violentavam a menina. Quando Stela se negava a participar das orgias, o castigo era duro.

[Stela]: Tinha vez que ele me batia de cipó.

[Repórter]: Quantas vezes você apanhou?

[Stela]: Nem eu sei.

Quarta vítima – Camila, 16 anos: abusada dos 10 aos 14 anos

[Repórter]: o primeiro caso foi com um empresário para quem ela trabalhava aos 10 anos de idade.

Imagens exibidas de Camila com seu filho em frente a sua casa. Corte para Camila sentada no escuro e o áudio de sua voz normal. Imagens de Camila brincando com seu filho (criança de 2 anos), cortes para casa da vítima.

[Repórter]: Você era virgem?

[Camila]: Sim eu era virgem.

[Repórter]: Ao contrário de outras vítimas, Camila não consegue entender que foi abusada sexualmente.

[Stela]: Eu tinha 12 anos desse da justiça aí.

[Repórter]: Mas o segundo caso foi parar na justiça. A relação com um ex-policial militar de 50 anos.

[Repórter]: Em seguida, procuramos por Neovaldo Candido, dono deste mercado e acusado de estuprar a menina Soraya que você bem viu nesta reportagem.

[Repórter]: Vasculhamos cada canto da loja, mas nem sinal de Neovaldo.

Imagens exibidas do supermercado do acusado e depois o repórter sobe de escada para o andar de cima do supermercado e adentra na porta do acusado, onde é recepcionado pelo irmão do acusado que se recusa a dar entrevista, porém sua imagem é exibida com o rosto desfocado podendo ser reconhecido. Sua voz não foi distorcida.

[Repórter]: A casa dele é aqui? Dá licença vou subir aqui para ver se ele tá em casa.

Fonte: da autora

6.2 As crianças e a tortura

6.2.1 Dado 2

Abaixo, uma contextualização da Reportagem 2 a fim de situar os acontecimentos:

Quadro 5 – Especificações da Reportagem 2

Breve sinopse
A reportagem apresenta histórias de crianças, filhos de militantes e apoiadores da guerrilha contra a ditadura militar (1964-1985). As crianças eram levadas para o local onde estavam seus pais e lá eram usadas como estratégia de chantagem para que seus pais delatassem outros guerrilheiros. Elas viam os pais ensanguentados num ambiente fétido e expostos aos equipamentos de torturas. Os policiais daquela época afirmavam às crianças que seus pais estavam doentes. Na ditadura militar, milhares de brasileiros foram torturados. Quase 2 mil pessoas denunciaram oficialmente torturas e relataram 310 formas de torturas, como apertar partes do corpo, enterrar vivos e choque elétricos.
Vítimas torturadas (apresentadas pelo primeiro nome)
Os personagens narram formas de tortura, e seus filhos (atualmente adultos) relatam como eram as visitas para os seus pais realizadas no centro de tortura. Maria Amélia, sobrevivente das torturas: relata como eram feitas as torturas. Edson e Janaína: filhos de Maria Amélia que visitavam os pais no centro de torturas e presenciaram seus pais ensanguentados num ambiente sujo. As crianças eram usadas como estratégias para os pais delatarem os guerrilheiros. As crianças ouviam gritos do centro de tortura. Camila: filha de presos políticos. Carmem: filha de presos políticos. Joaquim: pai de Ivan, torturado até a morte. Ivan: ex-preso na adolescência, presenciou as torturas do pai na cadeira do dragão (instrumento utilizado para torturar), além de ter sido torturado no pau de arara. Jovelina: mãe de Ernesto e esposa de Manoel, preso aos 23 anos de idade. Ernesto: Com 2 anos de idade foi levado e preso com a mãe e o pai. Naquela época, foi considerado “terrorista”. Zuleide: ex-presa política. Rose Nogueira: jornalista e torturada a qual afirma que foi abusada por um dos militares chamado pelo nome João Carlos Tralhe. Crimeia de Almeida: presa quando estava grávida de 7 meses. Seu filho nasceu na prisão.
Acusados
João Carlos Tralhe. Carlos Alberto Brilhante Ustra. Sergio Paranhos Fleury.
Fonte: da autora

6.2.2 Análise 2

Quais os indícios do material?

Foi exibida uma reportagem especial apresentando fotos e registros do arquivo de vítimas de torturas e depoimentos das vítimas. Utilizaram cortes de documentários realizados na época da ditadura (*No es hora de llorar*) desenvolvidos

por produtores chilenos, e o outro documentário (Brasil, o relato da tortura) produzido por cineastas americanos que narravam as formas de torturas utilizadas na época.

Os denunciados foram ouvidos?

A reportagem procurou os envolvidos, porém os acusados não quiseram se manifestar.

Quais infrações violadas pelo código de ética?

Não houve infração de conduta ética nessa reportagem.

6.3 O avanço da maconha

6.3.1 Dado 3

Quadro 6 – Especificações da Reportagem 3

Breve sinopse
Reportagem especial com seis episódios que narraram o universo sobre tráficos da maconha, seu consumo e o uso medicinal. Apresentou pesquisas de outros países como (Nova Zelândia, Uruguai, Colorado) onde a erva é liberada para consumo e intervenção médica. No estado do Colorado (USA), é utilizado de forma recreativa e medicinal. Divulgou uma incubadora de produção da maconha e seus produtos que são comercializados livremente como: manteiga de maconha e brownie, também elaborado da erva. Informou sobre os benefícios do <i>canabidiol</i> , utilizado por pacientes que, após o uso, demonstraram melhoras no quadro de saúde. Discussão sobre a lei e a legalização do uso da maconha. Apontou os efeitos colaterais do seu consumo. Exibiu a marcha da maconha realizada no Brasil e entrevistou seus organizadores. Realizou uma entrevista exclusiva com o presidente do Uruguai apontando os benefícios do consumo e comercialização liberado no país. A reportagem utilizou todas as técnicas de jornalismo na sua apuração.
Personagens
Any: criança paciente de 3 anos com câncer no cérebro. Apontava melhoras de saúde após o uso da <i>canabis</i> medicinal. Gilberto: paciente de esclerose múltipla que, após o uso, adquiriu uma melhora de vida. Maria Antônia: usa a maconha para suportar a quimioterapia. 2 Personagens sem identificação nominal contra a legalização da maconha no Uruguai. 2 consumidores da erva na cidade de Denver. Criança que tem leucemia e se trata com a maconha. Consumidor que planta a erva em casa. Ele afirma: “Eu prefiro correr esse risco em casa, tentar desenrolar esse assunto na delegacia, do que continuar contribuindo com o tráfico de drogas, dando dinheiro na mão de traficante para comprar arma e assaltar minha mãe na rua depois”.
Especialistas
Proprietário da incubadora da maconha em Denver. Toxicologista: declara que o uso é um veneno social. 2 Organizadores da marcha da maconha em Santana do Livramento. Vendedor de maconha em Denver: descreve como era a venda na cidade. Chef que elabora brownies, folhados da maconha. Organizadora da marcha da maconha no Brasil. Traficante no Brasil: na entrevista, ele detalha como é feito o tráfico da maconha e diz: “Tem uns que já leva os três. Maconha, cocaína e pedra”.

Psiquiatra: “Ninguém começa direto com a maconha, começa bebendo ou fumando cigarro normal, então essas seriam a porta de entrada”.
 Jornalista da revista Superinteressante: a maconha foi capa por 3 vezes em assuntos diferentes.
 Historiador: narra a história da maconha com a vinda de Pedro Alves Cabral, graças a planta que era utilizada na confecção de fibras, tecido e papel.
 Psiquiatra: alega que causa dependência.
 Toxicologista: é contra a legalização da droga.
 Neurocientista: “Não usar a maconha medicinal é um crime ético do estado contra essas pessoas”.
 Psicofarmacologista: “Não se justifica mais haver essa visão ideológica, ultrapassada, retorquida, medieval, condenando a maconha como a erva do diabo”.

Fontes oficiais

Ex-presidente Fernando Henrique: opinou sobre a luta pela descriminalização.
 Senador Cristovam Buarque: em virtude da lei em tramitação no congresso, o Senador fez questionamentos: “Tem impacto medicinal? Reduz a violência?” Eu quero analisar tudo isso”.
 Deputado Jean Willys: pretende regular o projeto de lei para estabelecer o acesso da droga.
 Deputado Osmar Teixeira: autor de projeto de leis que endurece projeto em relação a consumidores e traficantes de drogas.
 Senadora do Uruguay: “Existem 300 mil consumidores de maconha no Uruguai. Essa pessoa chegava na boca (local onde vende) e, se não tinha maconha, lhe ofereciam outra coisa. E isso gerava outros vícios muito mais prejudiciais”.
 Presidente do Uruguay: “O narcotráfico para a sociedade é a pior droga. Não queremos fomentar a expansão de um vício, mas já existe. Então queremos incluir, conhecer o consumidor. Que quando está consumindo muito tem que ser atendido, tem que ir ao médico. Se o consumo é clandestino, não podemos ajudar”.
 Vice-prefeito de Santana livramento: contra a legalização da maconha.
 O repórter fala: “Muitos especialistas alertam, a maconha está longe de ser uma unanimidade científica”.

Fonte: da autora

6.3.2 Análise 3

Quais os indícios do material investigado?

O repórter apurou todas as vertentes de uma investigação. Exibiu depoimentos contra e a favor da legalização da maconha. Buscou vários especialistas para informar aos telespectadores sobre as reações e os efeitos colaterais do consumo. Apresentou fontes oficiais que demonstraram pontos de vistas contrários, possibilitando a imparcialidade da reportagem.

Quais as infrações de conduta cometida?

Não houve infração de conduta nessa reportagem.

6.4 Desaparecidos

6.4.1 Dado 4

Quadro 7 – Especificações da Reportagem 4

Breve sinopse

A reportagem relata casos de crianças desaparecidas no Brasil. A matéria informa que existem 40 mil pessoas desaparecidas. Uma criança desaparece por hora no país.
Vítimas
<p><i>As vítimas relataram o sofrimento sobre o desaparecimento de seus filhos:</i></p> <p>Mãe de Priscilla, filha desaparecida. Mãe de Ana Paula, desaparecida. Mãe de Larissa, desaparecida. Mãe de Edilene: [a mãe narra que a filha foge e volta para casa] Mãe de Feliziana. Pai de Daiane, desaparecida. Mãe de Sulamita, desaparecida.</p>
Especialistas
<p>Psicoterapeuta: “A adolescência é o momento na vida do sujeito que ele vai estar querendo uma autonomia maior e vai estar se deparando com limites que os pais ainda colocam e vai ter o conflito”.</p> <p>Coordenadora do programa: “Caminho volta: se você quiser estabelecer algum erro, é fatal porque não existe a causa única”.</p> <p>2 Assistentes sociais: relatam pacientes doentes que não são identificados e passam a ser chamados de “desconhecidos”.</p> <p>Presidente da fundação da criança APAE.</p>
Fontes oficiais
<p>Delegado da Delegacia de desaparecidos de São Paulo. Juiz. Perito forense. Pesquisadores da Usp.</p> <p>Fonte: da autora</p>

6.4.2 Análise 4

Quais os indícios do material investigado?

A reportagem apresentou depoimentos de vítimas: “As mães da Praça da Sé” que padecem o desaparecimento de seus filhos. Expôs declaração de fontes oficiais como a Delegacia de Polícia de pessoas desaparecidas de São Paulo que, durante a reportagem, acompanhou um caso sobre uma mãe que não tinha informações sobre seu filho e, no final da reportagem, conseguiram localizar o rapaz. A matéria especial informou que o cadastro de pessoas desaparecidas (Redesap) é falho e culpa o Ministério da Justiça das deficiências encontradas no sistema.

Quais infrações éticas violadas?

Não houve infração de conduta do código de ética.

6.5 Sexo, intriga e poder

6.5.1 Dado 5

Quadro 8 – Especificações da Reportagem 5

Breve sinopse
A reportagem narra histórias de Padres que abusavam de seus coroinhas (menores de idade) por anos na cidade de Arapiraca no estado de Alagoas. Relata o poder da igreja sobre a comunidade. Exibem cenas fortes e depoimentos assustadores das vítimas de abusos.
Vítimas
Fabiano. Flávio. Anderson.
Acusados
Monsenhor Luiz Marques. Monsenhor Raimundo. Padre Edilson Duarte.
Fonte oficial
Delegado de Polícia Civil.

Fonte: da autora

A seguir, narrativas retiradas da reportagem juntamente com análises da autora que demonstram as violações feitas pelos repórteres ao produzirem a matéria:

Quadro 9 – Narrativas da Reportagem 5 com observações da autora, em negrito

Cenas observadas
Durante a entrevista, era possível identificar as vítimas, com cenas de ângulos abertos. Enquadramento dos olhos, da boca da vítima e parte do rosto, possibilitando o reconhecimento delas. Os áudios das vítimas não estavam distorcidos.
[Repórter]: Nossa investigação começa quando temos acesso a este vídeo (imagens ofuscadas de corpos se movimentando) entregue por um morador de uma cidade de Alagoas. Imagens perturbadoras, cenas que revelam uma farsa obscura da fé. No fundo, o altar de uma casa, construída com o dinheiro dos fiéis, na cama um padre. O sacerdote em ato sexual com um jovem. Imagens fortes, obviamente não podemos mostrar em sua totalidade. A imagem do crucifixo a espera do seu dono, ocupado em práticas sexuais é emblemática. Ao final, o padre se assusta ao perceber que tudo está sendo registrado.
[Padre acusado]: Quem é? Quem é que está aí na janela? Quem é? Quem é que está aqui?
[Repórter]: Em Arapiraca, localizamos os jovens atormentados pela culpa e pela vergonha. Os rostos não serão mostrados para preservar a integridade física de cada um. São ex-coroinhas que venceram o medo e as pressões para acobertar os abusos. Agora eles revelam tudo!
[Repórter]: Fabiano de 19 anos é o primeiro nome. O sobrenome não divulgaremos. Ele é o ex-coroinha que aparece no vídeo mantendo relações com o monsenhor Luiz Marques.
Durante a entrevista, as vítimas estavam de costas para a câmara e de frente para o repórter. Os áudios das vítimas não estavam distorcidos. Exibiram o enquadramento dos olhos e da boca da vítima e partes do rosto, possibilitando o reconhecimento delas.
[Fabiano]: Ele me abraçando, me acariciando, me beijando, fazendo juras de amor, eu te amo, eu gosto, é uma das razões da minha vida. Isso era o que ele dizia, até mesmo nas celebrações litúrgicas, na hora da paz de cristo, ele falava em nosso ouvido por baixo, colocava as mãos em nossa genitália.

[Flávio]: Ele mandou eu pegar um creme para passar nas nádegas dele, pra mim fazer a penetração nele. Eu ali tinha 12 anos de idade.

A imagem ofuscada das cenas de sexo era reprisada várias vezes durante a entrevista.

[Anderson]: Ele me chamava várias vezes para eu ir na casa dele para fazer companhia a ele, ele sempre vinha me cantando, me oferecendo coisas pra mim cair na dele. Nessa época eu tinha 14 anos de idade.

Fonte: da autora

6.5.2 Análise 5

Quais os indícios do material investigado?

Foram coletados depoimentos das vítimas abusadas e foram exibidas imagens que denunciavam um dos acusados praticando sexo com uma das vítimas. A equipe apurou outros casos de padres que abusavam de menores.

Os denunciados foram ouvidos?

Os acusados foram procurados e ouvidos pela reportagem.

Quais infrações do código foram violadas?

O repórter não se preocupou com a privacidade dos acusados nem das vítimas, exibindo enquadramento de parte do rosto das vítimas. Os áudios não estavam distorcidos. Houve superexploração do sexo. As imagens ofuscadas eram reprisadas várias vezes durante a reportagem. Abuso do poder, gravações de depoimentos dos acusados à revelia, microfones ocultos e câmeras escondidas.

De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas brasileiros:

Art. 6º: É dever do jornalista: inciso VI - “**não colocar em risco a integridade das fontes** e dos profissionais com quem trabalha; e inciso VIII- **respeitar o direito à intimidade, à privacidade**, à honra e à imagem do cidadão.

Art. 7º, inciso IV- **expor pessoas ameaçadas**, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais.

Art. 11: o jornalista não pode divulgar informações: inciso II- de caráter mórbido, **sensacionalista ou** contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes; e o inciso III- obtidas de maneira inadequada por exemplo com o uso de identidades falsas **câmeras escondidas ou microfones ocultos**, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas as outras possibilidades de apuração (grifos nossos).

Ao analisar os dados das reportagens acima descritas, foi constatado que, das matérias observadas nesse estudo, duas sugerem violação do código de ética dos jornalistas brasileiros, conforme apresentado no objetivo geral da pesquisa,

quais sejam: a Reportagem 2, “As eternas escravas”, e a Reportagem 5, “Sexo, intrigas e poder”. As outras três matérias não demonstram infrações a esse código.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela audiência é, com frequência, um dos argumentos que comunicadores e produtores de conteúdo, o que incluem os jornalistas, utilizam para que materiais com características investigativas tenham uma apresentação diferenciada, com mais tintas a fim de chamar mais a atenção do público. Não raras vezes, também, esses conteúdos são recebidos como alerta ou com questionamentos pelos pesquisadores em comunicação. É fato que as condutas de produção e de exibição devem ser pilares nessa atividade.

Na amostragem selecionada (reportagens vencedoras do Prêmio Esso e que deveriam ser referências), foi possível verificar que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (que deve ser mais do que uma carta de intenções) é violado conforme observado nas análises deste estudo. A busca pelo furo jornalístico distorce os fatos e condena o investigado sem a devida perícia policial. A exposição dos acusados, a exibição do sofrimento de crianças e famílias carentes, a exploração de imagens de sexo e a invasão de privacidade são utilizados na política recorrente desse gênero jornalístico, conhecido como “telejornalismo sensacionalista”. A disseminação da informação é atribuída ao “vale tudo” pela audiência.

A conclusão desse trabalho confirma as hipóteses levantadas de que das cinco matérias analisadas do seletor condecorado prêmio de telejornalismo, o “Prêmio ExxonMobil”, duas reportagens infringem a ética de conduta do exercício da profissão.

Sabe-se que o intuito da monografia é despertar e incentivar o senso crítico dos estudantes de jornalismo no uso indispensável do código de ética da sua carreira profissional. A profissão de jornalista se enquadra na perseguição da verdade dos fatos antes de ser um negócio, e a objetividade é um dos pilares que descrevem uma boa reportagem.

A reflexão apresentada nesse estudo descreve que a discussão ética só acontece quando existe, por parte dos veículos de comunicação, um compromisso de investigação baseada na verdade. E a utilização de um código ético só trará benefícios para um bom jornalismo.

Os problemas éticos da imprensa brasileira não são exclusivos dos jornalistas. Junta-se a eles a responsabilidade das empresas de comunicação e

também da sociedade, afinal o único interessado na discussão ética é o cidadão. É ele que consome a notícia e o que deveria ser favorecido com informações de qualidade.

A razão do jornalismo é a ética. Ao desvendar e publicar o que querem esconder, o seu papel social informa para a população o que ela precisa e tem o direito de saber. As exigências éticas concedem, na prática, uma boa qualidade da notícia. Por isso, é indispensável no cenário jornalístico.

REFERÊNCIAS

- ABI. *Edição 2016 do Prêmio Esso é suspensa após 60 anos*. In: Associação Brasileira de Imprensa. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/premio-esso-e-suspenso-apos-60-anos/>>. Acesso em: 3 jun. 2016.
- AMARAL, L. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre, 1996.
- ANGRIMANI, D. *Espreme que sai sangue (um estudo do sensacionalismo na imprensa)*. São Paulo: Summus, 1995.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, Lda., 2004.
- BECKER, B. *A linguagem do telejornal: Um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- BUCCI, E. *Sobre ética e Imprensa*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COSTA C. *Ética, jornalismo e nova mídia, uma moral provisória*. Rio de Janeiro, 2009.
- FIDALGO, A. *A distância como virtude: considerações sobre ética da comunicação*. Portugal: Universidade da Beira Interior, 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-distancia.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- FRANCO, C. A. Di. *Jornalismo, Ética e Qualidade*. São Paulo: Vozes, 1996.
- KARAM, F. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.
- _____. *Jornalismo, Ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- KÄRKILINS, J. Prefácio. In: HUNTER, Mark Lee (Org.). *A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos*. São Paulo: UNESCO, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456POR.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2016.
- LOPES, D. F.; PROENÇA, J. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher, 2003.
- MARCONDES FILHO, C. *Televisão – a Vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna, 1990.
- MATTOS, S. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes, 2002.

PATERNOSTRO, V. I. *O texto na TV - Manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PENA, F. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

REZENDE, G. J. *Telejornalismo no Brasil*. São Paulo: Summus, 2000.

SEQUEIRA, C. M. de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São PAULO: Summus, 2005.

TRAQUINA, N. *A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa*. In: Teorias do jornalismo. v. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, M. *Mass media: contextos e paradigmas novas tendências. Efeitos a longo prazo o newsmaking*. In: Teorias da comunicação. 7 ed. Lisboa: Editorial presença, 2002.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YORKE, I. *Jornalismo diante das câmeras*. Guia para repórteres e apresentadores de telejornais. São Paulo: Summus, 1998.